

POBREZA MENSTRUAL: ESTIGMA, DISCRIMINAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR

Congresso Brasileiro Digital de Atualização em Pediatria, 1ª edição, de 30/08/2021 a 02/09/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-93-7

JÚNIOR; Luiz Carlos da Silva¹, NETTO; Luciana²

RESUMO

A ONU considera o acesso à higiene menstrual um direito a ser tratado como questão de saúde pública. A pobreza menstrual se refere aos desafios de acesso a direitos/insumos de saúde. Estes desafios representam, para meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, acesso desigual a direitos/oportunidades, que contribuem para retroalimentar ciclos transgeracionais de iniquidades de gênero, raça e classe social, impactando negativamente a trajetória educacional e profissional. Objetiva-se, a partir da revisão da literatura, entender a realidade das pessoas que menstruam, escolarizadas ou não, e como essas são afetadas pela dificuldade de acesso aos direitos menstruais. Estima-se que, na pandemia, 19 milhões de pessoas passam fome no Brasil. Com pouco dinheiro para sobrevivência, são adolescentes os mais vulneráveis à precariedade menstrual, sofrendo com desconhecimento da importância da higiene menstrual para a saúde e dependência econômica para compra de absorvente, considerado item supérfluo no orçamento. Nos primeiros anos após menarca há ciclos menstruais irregulares, provocando fluxos sanguíneos imprevistos, que mancham roupas de adolescentes, tornando-os alvos de brincadeiras preconceituosas entre seus coetâneos, pois o tema é pouco naturalizado em espaços educacionais/familiares. A falta do absorvente afeta o desempenho escolar dessas estudantes e restringe o desenvolvimento de seu potencial na vida adulta. Dados da ONU apontam que, no mundo, 1:10 meninas falta às aulas no período menstrual e no Brasil, 1:4 estudantes falta à escola por não ter absorventes, opção que se justifica ao considerar a hostilidade do ambiente escolar para estudantes que menstruam. A negligência de necessidades menstruais resulta em problemas evitáveis (alergias/irritações) e podem resultar em óbitos (síndrome do choque tóxico). A falta de acesso aos direitos menstruais pode resultar, ainda, em sofrimentos emocionais que dificultam desenvolvimento do pleno potencial das pessoas que menstruam. Investimentos na saúde menstrual pode prevenir esses problemas. O estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos”, aponta que mais de 4 milhões de estudantes frequentam colégios com estrutura deficiente de higiene, com banheiros sem condições de uso, sem pia/lavatórios, papel higiênico e sabão. Desses, quase 200 mil não contam com itens de higiene básica no ambiente escolar. A situação agrava quando se considera que 713 mil meninas não têm acesso a banheiro (com chuveiro/sanitário) em suas casas e outras 632 mil vivem sem banheiro de uso comum no terreno/propriedade. A ausência de boas condições para cuidar da saúde menstrual pode causar desconforto, insegurança e estresse, contribuindo para aumentar a discriminação/estigmatização. Banheiros em áreas isoladas, mal iluminadas ou em regiões perigosas, podem constituir perigo à integridade física da mulher, expondo-a ao risco de violência sexual. Estudos sobre o tema, como o relatório WaterAid, mostram que sanitários públicos adaptados às pessoas que menstruam devem respeitar aspectos de segurança, higiene, acessibilidade, disponibilidade e manutenção. É mister contribuir para promover saúde, direitos sexuais/reprodutivos, direito à água e saneamento, equidade de gênero e autonomia corporal, condições para que pessoas que menstruam desenvolvam seu pleno potencial. É preciso romper com tabus, falar sobre pobreza menstrual e propor ações que diminuam iniquidades entre adolescentes vulneráveis escolarizadas ou não.

¹ Enfermeiro Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente - Universidade Federal de São João del-Rei. Divinópolis/MG, Brasil., petraques@hotmail.com

² Doutora em Enfermagem - Professora da Universidade Federal de São João del-Rei. Divinópolis/MG, Brasil., luciananetto@ufsj.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente, Evasão Escolar, Menstruação, Pobreza, Produtos de Higiene Menstrual